

Discurso da Senhora Presidente da ERC, Helena Sousa

Tomada de Posse como Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), 07 de novembro de 2023, Assembleia da República.

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhores Vice-presidentes da Assembleia da República
Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares;
Senhores Presidentes da 1ª e 9ª Comissão;
Senhora Ministra Adjunta dos Assuntos parlamentares;
Senhor Ministro da Cultura;
Senhores Presidentes das Entidades administrativas Independentes nomeados pela AR;
Antigos Membros do Conselho Regulador;
Fiscal único da ERC;
Secretário-Geral da AR.
Senhores deputadas e Senhoras deputadas...

Senhores e Senhoras

Caros e Caras amigas,

Agradeço as palavras do senhor Presidente da Assembleia da República e os votos que formulou para o Conselho Regulador da ERC.

E agradeço a presença de todos e que muito nos honra.

Agradeço o empenho de todos quanto, antes de nós, foram construindo a ERC. Cada um e cada uma, todos os responsáveis e todos os quadros

deram o melhor de si. Construiremos em cima desse legado, procurando assegurar as continuidades e as mudanças necessárias.

Agradeço aos meus colegas do Conselho Regulador por se terem disponibilizado para estas exigentes funções, funções que procuraremos desempenhar, coletivamente, com entusiasmo e o mais absoluto empenho.

Abre-se hoje um novo ciclo na vida da ERC. Um novo Conselho Regulador, novas possibilidades de colaboração. Renova-se a esperança. Renovam-se as vontades.

É assim que as instituições funcionam nas sociedades democráticas: os mandatos começam e terminam, as instituições perduram... perduram, se conseguirem o reconhecimento da importância da sua missão e a credibilidade da sua ação junto dos cidadãos e dos seus representantes.

E é, por isso, que a nossa responsabilidade é grande. A ERC atua num sector altamente sensível. A ERC zela pelos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos no espaço público mediático.

Zela pelos direitos, liberdades e garantias de todos, sem exceção, consciente de que as pessoas com necessidades especiais, com menos recursos e em situações de maior vulnerabilidade são as que mais precisam de proteção.

A ERC zela pelo funcionamento do sistema democrático, como garante da defesa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, do pluralismo e da diversidade de informação...Valores nucleares dos quais depende qualquer regime democrático.

Neste quadro, só podemos sentir responsabilidade pelo mandato que nos foi confiado.

A ERC funciona junto da Assembleia da República. Responde perante a Assembleia da República e procurará sempre trabalhar em estreita colaboração, ancorada na mais absoluta independência do Conselho Regulador, mas numa atitude sempre próxima, dialogante e construtiva.

Quando a ERC foi criada, em 2005/2006, substituindo então a Alta Autoridade para a Comunicação Social, a realidade da comunicação e dos média era bem diferente da que temos hoje.

Os estatutos da ERC e uma parte das leis que nos guiam foram aprovados antes da aceleração técnica e do aparecimento das redes sociais, das plataformas digitais, dos algoritmos e dos seus mecanismos de recomendação, da aplicação da inteligência artificial à produção de conteúdos, do *streaming* e de tantas outras modalidades de produção, distribuição e de consumo de conteúdos...

O mundo mudou nos seus dispositivos tecnológicos e nas suas modalidades de consumo mediático. As profissões da comunicação estão

em profunda transformação, com desafios e riscos muito assinaláveis especialmente para o jornalismo.

Os padrões de consumo da informação e do entretenimento mudaram e os enquadramentos legais precisam de adaptações para que a ERC disponha de bons instrumentos de trabalho, de boas ferramentas, para cumprir eficazmente o seu papel neste novo ambiente simbólico, marcado pela polarização dos discursos, pela desinformação, pelos algoritmos opacos e sem controle democrático.

Esta articulação estruturante da ERC com a Assembleia da República prende-se com o modelo de hetero-regulação que temos em vigor e que é comum noutros países europeus – e não só.

Mas importa também aqui hoje destacar que a regulação dos média não pode nem deve ser construída apenas com base na hetero-regulação, na regulação externa, na regulação pública em nome do Estado.

As empresas mediáticas e as empresas jornalísticas devem também promover ativamente os seus mecanismos internos permanentes de controle de qualidade, de confirmação dos factos, de modo a desenvolvermos coletivamente um contexto informativo mais rigoroso e mais plural.

Precisamos de mais provedores, mais livros de estilo, mais formação e permanente reflexão ética e deontológica.

Numa palavra, precisamos de mecanismos de autorregulação mais presentes no dia a dia dos média.

Na regulação da comunicação, amplamente entendida, todos têm um papel a desempenhar: as associações e entidades comprometidas com o sector; as que representam profissionais, as que representam empresas, as que representam audiências. Todos devem sentir-se responsáveis e comprometidos com os conteúdos produzidos, distribuídos e consumidos.

A produção de informação como um bem público e a construção de um ambiente de produção de conteúdos de entretenimento rico, plural e inclusivo devem ser corresponder a objetivos maiores de todos numa sociedade democrática.

Devem ser objetivos defendidos (ou mesmo exigidos) pelos cidadãos comuns e por todas as instituições e entidades, públicas e privadas, que se preocupam com o futuro democrático.

Em democracia, nada está garantido. Como bem sabemos, a partir da nossa própria história, o caminho é feito de avanços e de recuos. E é indispensável o encontro de muitas vontades para que não abandonemos nunca esse sentido de urgência, de melhoria, de construção de uma sociedade democrática mais sólida.

No mundo de comunicação global em que vivemos, este sentido de urgência obriga-nos a prestar atenção também ao contexto externo, aumentando a necessidade de fortalecer redes de colaboração para respostas mais articuladas e mais eficientes.

Neste contexto deverá, certamente, merecer uma atenção especial, no espaço da União Europeia, o desafio resultante da entrada em vigor de documentos como o Regulamento dos Mercados Digitais (DMA), o Regulamento dos Serviços Digitais (DAS), e proximamente do Regulamento da Liberdade dos Meios de Comunicação Social (MFA) e o ainda em fase de proposta, Regulamento sobre Inteligência Artificial...

Constituem desafios novos, de grande dimensão e com impacto transversal em diferentes áreas da sociedade e da regulação, que exigirão novas formas de pensar a regulação, novas modalidades de implementação e uma articulação forte com o sector e com outras entidades reguladoras, dentro e fora do país.

Cooperação será a chave para conseguirmos enfrentar este novo mundo que diariamente nos vai colocando novos desafios, com as inovações constantes no universo das tecnologias da comunicação e em particular da digitalização.

Fecho esta breve intervenção com uma nota de esperança. Vivemos num tempo duro, acelerado, em que dinâmicas de comunicação organizadas em torno do medo e da desconfiança ganham espaço.

Um sector da Comunicação empenhado em prestar serviço digno, com responsabilidade social, aos cidadãos tem obrigação de contextualizar esses medos de forma transparente e de permitir a agregação em torno de propostas de esperança. A esperança é uma exigência moral.

Se formos firmes numa visão de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais sustentável e mais fraterna, estamos a promover a esperança numa sociedade melhor, mais humanizada e mais capaz de responder às necessidades individuais e coletivas.

Promover a esperança é criar a possibilidade de novos horizontes.

Mas nada disto nos é dado...tudo tem que ser construído. Em permanência e em conjunto.

É o que procuraremos fazer todos os dias na ERC, contando sempre com a vossa ajuda.

Muito obrigada!